



O DOMÍNIO IDEOLÓGICO DA IGREJA DURANTE A ALTA IDADE MÉDIA OCIDENTAL¹

Mauro da Silva Hoffmann²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar do domínio ideológico exercido pela Igreja Católica através da educação durante a Alta Idade Média Ocidental. Para poder mostrar a influência da Igreja sobre a população da Europa Ocidental Cristã, enquanto poder hegemônico e detentora do saber, o trabalho analisa a Patrística, as Escolas Monacais e a ação do Império Carolíngio na formação dos membros do clero para a função de intelectuais orgânicos.

Palavras-chave: Domínio ideológico. Alta Idade Média. Igreja Católica. Intelectuais Orgânicos.

Introdução

Este artigo tem por objetivo abordar a domínio ideológico da Igreja durante a Alta Idade Média Ocidental (476-1000) enquanto poder hegemônico e detentora do saber através da educação, uma vez que o clero era o único setor da sociedade medieval que sabia ler e escrever durante o período acima citado. Será analisada apenas a Europa Ocidental Cristã, ficando de fora do presente trabalho a Europa Oriental (Império Bizantino principalmente) e a península Ibérica sob domínio muçulmano. Para alcançar o objetivo citado será apresentada uma breve introdução sobre a crise romana e da Igreja durante o Império Romano e a Antiguidade Tardia (século I d.C – 476).

O estudo da dominação ideológica da Igreja Católica durante a Alta Idade Média é importante para a compreensão de como a igreja conseguiu, durante o período medieval, um poder sobre a população cristã na Europa Ocidental. A ação ideológica da Igreja Católica não se restringiu ao período aqui escolhido, na medida em que não só na Idade Média a educação serviu de justificava para a dominação e alienação da população, pois em outros períodos históricos ela também foi utilizada com tal objetivo. Através dos seus intelectuais, o clero pode estabelecer o seu domínio ideológico sobre a população, mantendo-a alienada.

O texto da *patrística* se insere no presente artigo com o objetivo de abordar a importância desta escola filosófica para a Alta Idade Média. Neste texto é tratado o

¹ Trabalho desenvolvido para apresentar no Fórum FAPA 2008. Orientado pela Profª Drª Ana Inez Klein.

² Graduando do curso de História da Faculdade Porto-Alegrense – FAPA. Contato: hoffmann1977@hotmail.com.

surgimento da primeira escola filosófica cristã, através da qual foi criada uma intelectualidade dentro da Igreja.

O item *as escolas monacais* aborda a importância destas para a formação do clero medieval, mostrando como ele foi educado dentro de uma cultura letrada para manter o monopólio cultural da Igreja medieval.

O texto sobre a *o renascimento carolíngio* traz a importância da contribuição de Carlos Magno para a formação intelectual do clero, durante a Alta Idade Média Ocidental.

O item sobre a educação aborda a cultura popular e erudita, e como o clero procurava utilizar-se da cultura laica para atingir o povo.

A Patrística

A patrística teve origem no trabalho exercido pelos primeiros Padres da Igreja que procuravam conciliar a cultura greco-romana com o Cristianismo, a religião cristã com o dualismo entre fé e razão.

A patrística teve que buscar na filosofia greco-romana a sustentação filosófica que possibilitou a Igreja afirmar o seu domínio sobre a sociedade durante a Alta Idade Média Ocidental. Conforme afirma Santo Agostinho:

[...] o aperfeiçoamento da filosofia feito por Platão, ao reunir as duas partes e dividi-las em três. Uma é a moral e diz respeito principalmente à ação; outra, a natural, compete à contemplação; a terceira, a racional, distingue o verdadeiro do falso. Embora necessária a ambas, ou seja, à ação e à contemplação, esta de modo primordial postula o conhecimento da verdade. Portanto, a divisão tripartida não se opõe à outra distinção, que se reduz a declarar consistir na ação e na contemplação todo o estudo da sabedoria. (AGOSTINHO, 1990, Parte I, p. 305)

Para poder combater os filósofos de tradição greco-romana, os Padres da Igreja tiveram que buscar na filosofia antiga, principalmente em Platão e no neoplatonismo, os seus argumentos. Essa especulação filosófica, muitas vezes surgida da necessidade de comunicar o crense com os não-crentes, de defender ou de desenvolver a teologia e preservá-la de desvios heréticos é chamada de patrística e surgiu como uma necessidade de comunicação entre os crentes e não-crentes na conciliação do cristianismo com o pensamento greco-romano e tornando possível a conversão do pagão.

A influência da patrística durante a Alta Idade Média Ocidental foi grande. Além de filósofos, os Padres da Igreja também atuaram como educadores, com o objetivo de trabalhar para a adequação das verdades teológicas. Dentre estes podemos citar Santo Agostinho (354-430), para o qual a educação se processa através do diálogo entre mestre e aluno, aonde toda a educação é uma auto-educação, que é possibilitada com a iluminação divina.

São Cesário (470-543), em sua pregação ao homem do campo para a paróquia rural, atua como educador no combate à embriaguez, rixas e ao paganismo, que não tinha sido

totalmente banido do povo simples que vivia no campo, que misturava práticas cristãs com crenças pagãs.

Boécio (480-524), no Tratado sobre a Trindade, utilizou o neoplatonismo e fez uso do pensamento de Aristóteles, através da análise filosófica e linguagem. Na obra acima citada o autor deu ênfase para a razão na tarefa de conciliar fé e razão.

Isidoro de Sevilha (560-623) na sua obra As Etimologias acabou expressando a visão de mundo da época ao propor um sumário composto de todo o saber desde a aritmética até a teologia, através da perspectiva cristã.

Defensor de Ligugé (séculos VII-VIII), na sua obra O Livro das Cintilações, escreveu para o clero, elaborando uma fonte de onde este pudesse ter argumentos em seus sermões. Desta forma os membros da Igreja teriam inspiração para os crentes que buscavam encontrar na religião uma orientação, e contribuindo para a conversão dos não crentes.

Na busca pela conversão dos não-crentes, num período onde não havia nenhum Estado forte na Europa ocidental aonde a Igreja aliou-se aos nobres, a classe de onde saíam os seus membros. Chauí mostra como ocorre a troca de interesses que leva ao arranjo ideológico:

A divisão do trabalho, ao separar os homens em proprietários e não-proprietários, dá aos primeiros poder sobre os segundos. Estes são explorados economicamente e dominados politicamente. Estamos diante de classes sociais e dominação de uma classe por outra. Ora, a classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e, portanto, se dispuser de instrumentos para essa dominação. Esses instrumentos são dois: o Estado e a ideologia. (CHAUI, 1980, p. 115-116)

Durante a Alta Idade Média Ocidental, na ausência de um Estado forte que pudesse manter o domínio sobre a população medieval, a Igreja acabou assumindo este papel. Assim, como reprodutora de ideologia, uma vez que o clero tinha a sua origem na nobreza. Desta forma os membros da Igreja atuaram como os intelectuais orgânicos da classe dominante na medida em que o saber da época, enquanto poder hegemônico e detentora do saber, sobre a população da Europa Ocidental Cristã.

As escolas monacais

Com o fim do Império Romano do Ocidente as escolas entraram em declínio durante o começo da Idade Média. Começam a surgir escolas nos mosteiros aonde os religiosos eram os professores, por serem os únicos que sabiam ler e escrever. Desta forma teve origem o monaquismo, que tinha por objetivo a organização dos mosteiros, assumindo função pedagógica, que era inevitável na medida em que era preciso educar e instruir os novos monges. Com base na patrística o clero pode prosseguir os seus estudos numa sociedade onde a cultura acabou se tornando monopólio da Igreja.

No início cada mosteiro tinha a sua própria regra. Em 529, Bento de Núrsia formulou uma série de regras para a sua comunidade. Devido à influência papal, a Regra de São Bento foi adotada pelas comunidades monásticas de toda a Europa Ocidental.

Pode-se ver assim como:

[...] a classe dominante, para se manter como tal, necessita permanentemente reproduzir as condições que possibilitam suas formas de dominação. A educação, enquanto pode reproduzir a ideologia dominante, dissimulando as contradições, contribui muito para isso. (JESUS, 1989, p. 43)

Para a manutenção e reprodução da classe dirigente, o clero aliando à nobreza, já que estava organicamente ligada a esta classe de onde tinham origem os seus membros, justificava a idéia de que uns deveriam rezar para afastar os o Mal e trazer os favores divinos (o clero), outros lutavam para proteger a sociedade (a nobreza) e a população deveria produzir para o sustento de todos (os servos). Desta forma os religiosos mantinham o seu monopólio cultural, através da reprodução da ideologia acima citada. Para que a os eclesiásticos pudessem manter o seu domínio ideológico, era necessário a reproduzir as condições de manutenção de seu domínio, que foi mantido através do monopólio da educação, se mantendo como grupo hegemônico na medida da mantinham o sistema educacional.

As idéias e hábitos dos monges contribuíram para a reorganização da sociedade na Europa Ocidental e, para a institucionalização do feudalismo, acabou contribuindo com a cristianização dos povos pagãos. O trabalho dos monges copistas preservou a maior parte das obras da antiguidade que possuímos hoje que por eles foram reproduzidas, evitando assim o desaparecimento definitivo destas.

O Renascimento Carolíngio

A partir do século VIII, com as conquistas dos árabes, os europeus acabaram ficando sem acesso ao Mediterrâneo, provocando um declínio do comércio e uma intensificação do processo de feudalização na Europa ocidental o que provocou um desinteresse em aprender a ler e a escrever, mesmo entre os membros da Igreja que se descuidaram, então, das questões culturais e de sua formação intelectual.

No final do século VIII e começo do IX teve início o renascimento carolíngio, com a iniciativa de Carlos Magno, imperador dos francos, de levar para sua corte intelectuais eclesiásticos. O Estado franco precisava de um clero culto para poder cuidar da administração do Império.

O objetivo de Carlos Magno era a reforma da vida eclesiástica e, por conseqüência, do sistema de ensino, “a instrução em geral, e a formação do clero, em particular, embora confiada exclusivamente ao clero, é assumida como própria pelo poder estatal”

(MARCONADA, 2002, p.131-132). A instrução do clero passou a ser patrocinada pelo Estado franco que precisava do clero para poder manter funcionando o aparelho administrativo.

O imperador patrocinou a instituição eclesiástica o que acabou permitindo que fosse lançada as bases e fixados os princípios educacionais para a formação profissional do clero, sob a breve direção estatal.

O renascimento carolíngio fez com que o clero que estava desinteressado pelos estudos pudesse manter-se cuidando das questões culturais, uma vez que precisava dos mesmos para manter funcionando a máquina administrativa do Estado, já que eram os únicos que sabiam ler e escrever. Desta forma a aliança entre o reino dos francos e papado não ficou apenas no plano político e militar com a coroação de Carlos Magno em Imperador no ano de 800, mas também no cultural, uma vez que o imperador franco promoveu uma renovação cultural dos membros da Igreja. De um lado se tem o poder, a nobreza protegendo a Igreja, de outro os eclesiásticos administravam o Estrado, solidificando ainda mais a aliança entre nobreza e clero.

A educação

Durante a Alta Idade Média Ocidental existiram dois tipos culturais: uma, que era a erudita, de elite, que foi monopólio do clero e outra, que era popular, laica ou folclórica. Ao contrário da primeira que se ensinava nos mosteiros e conventos ao clero, a segunda era transmitida oralmente.

Estas duas culturas não estavam fechadas, recendo influência da outra. O povo simples não desconhecia totalmente a cultura erudita, que de certa forma fazia parte da sua vida através dos sermões e das modalidades de comportamento imposto pela Igreja.

Com o desaparecimento do Império Romano do Ocidente e a chegada dos povos germanos, o latim vulgar, que era falado pelo povo simples, sofreu modificações a ponto de, por volta de 600, deixar de ser falado, transformando-se em novos idiomas chamados de românicos. O latim passou a ser utilizado apenas pelo clero, não como língua materna deste grupo, uma vez que falavam o mesmo idioma de sua região, aprendendo o latim apenas ao ingressar para a camada clerical. Quando estavam em contato com o povo falavam o idioma vulgar, utilizando o latim na relação com os seus pares.

De um lado, a cultura clerical acolhia elementos folclóricos, pois havia certas estruturas mentais comuns, sobretudo uma certa confusão entre o material e o espiritual, como mostram a crença nos milagres e o culto de relíquias. Depois, o clero precisava realizar certa adaptação cultural para ter a sua tarefa evangelizadora facilitada. De outro lado, sua postura predominante era de recusa á cultura vulgar, destruindo templos, eliminando temas, sobrepondo práticas, monumentos e personagens cristãos aos correspondentes pagãos, desfigurando manifestações folclóricas ao mudar seu significado. (FRANCO JR., 2006, p.104-1005)

O clero acabou utilizando de parte da cultura popular, com o objetivo de atingir o povo simples. Ao mesmo tempo modificava elementos da mesma, com o objetivo de combater as práticas do paganismo para a conversão do não-crente ao cristianismo.

Como mostra Gramsci:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 1982, p. 3)

O clero, como uma camada de “intelectuais orgânicos” da nobreza, justificava a dominação desta sobre o servo e a exploração econômica do campesinato pelo senhorio, onde cada grupo tinha uma função no sistema. A Igreja, como educadora da população, usava o seu domínio religioso e espiritual sobre a população, fazendo uma síntese entre a espontaneidade e o domínio da arte retórica, numa linguagem que era compreensível para o povo simples promovendo o arrebatamento do coração causado pelo uso da sagrada escritura.

Conclusão

Durante a Alta Idade Média Ocidental na ausência de um Estado forte que pudesse manter o domínio sobre a população medieval, a Igreja acabou assumindo este papel. Como reprodutora de ideologia, os membros da Igreja atuaram como os intelectuais orgânicos da classe dominante, na medida em que o saber da época era utilizado enquanto poder hegemônico, sobre a população da Europa Ocidental Cristã.

O clero, como intelectuais orgânicos da classe dominante, procurou desempenhar a sua função através dos laços que tinha com a nobreza, por ser proveniente desta classe. Os monges, como parte dos eclesiásticos, acabaram atuando em benefício dos nobres.

O renascimento carolíngio fez com que o clero, que estava desinteressado pelos estudos, pudesse manter-se cuidando das questões culturais uma vez que o Estado precisava do mesmo para manter funcionando a máquina administrativa, uma vez que eram os membros da Igreja Católica os únicos que sabiam ler e escrever. Desta forma, a aliança entre o reino dos francos e papado não ficou apenas no plano político e militar com a coroação de Carlos Magno em Imperador no ano de 800, mas também no plano cultural. O imperador franco promoveu uma renovação cultural dos membros da Igreja. De um lado se tem o poder, a nobreza protegendo a Igreja, de outro lato se tem os eclesiásticos que administravam o Estrado, solidificando ainda mais a aliança entre nobreza e clero.

O clero, como uma camada de “intelectuais orgânicos” da nobreza, justificava a dominação desta sobre o servo e a exploração econômica do campesinato pelo senhorio. Cada grupo tinha uma função própria no sistema: a Igreja, como educadora da população

usava o seu domínio religioso e espiritual, contribuindo para a manutenção dos privilégios da nobreza e a exploração das demais classes sociais.

Referências

- AGOSTINHO, Santo. A Cidade de Deus: contra os pagãos. Parte I e II. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1990.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda de. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1996.
- CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: editora UNESP, 1999.
- CARNOY, Martin. Educação, Economia e Estado: base e superestrutura. Relações e mediações. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.
- CHAUI, Marilena. O Que é Ideologia? In: Coleção Primeiros Passos, volume 6. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FRANCO JR., Hilário. A Idade Média: Nascimento do Ocidente. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- INÁCIO, Inês C.; LUCA, Tânia Regina de. O Pensamento Medieval. São Paulo: Ática, 1994.
- JESUS, Antonio Tavares de. Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. São Paulo: Cortez; Campinas: editora da Unicamp, 1989.
- LAUAND, Luiz Jean (org.) Cultura e Educação na Idade Média. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LE GOFF, Jacques. As Raízes Medievais da Europa. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. A Civilização do Ocidente Medieval. Volume I. Lisboa: Estampa, 1983.
- MARCONADA, Mario Alighiero. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- MONROE, Paul. História da Educação. São Paulo: editora UNESP, 1999.
- ROSA, Maria da Glória. A História da Educação Através dos Textos. São Paulo: Cultrix, 1980.

